



CNE
CONSELHO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO



2022 PLANO DE
ATIVIDADES

Plano de Atividades 2022

Introdução

O Conselho Nacional de Educação (CNE), instituído no quadro da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, é, nos termos da sua Lei Orgânica (Decreto-lei nº 21/2015, de 3 de fevereiro) um órgão independente, com funções consultivas, que funciona junto dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e goza de autonomia administrativa. Tem como missão proporcionar a participação das várias forças científicas, sociais, culturais e económicas, na procura de consensos alargados relativamente à política educativa.

Como órgão independente, cabe-lhe acompanhar os desenvolvimentos operados nas diferentes áreas do sistema educativo, quer através da apreciação de medidas legislativas apresentadas pelo Governo ou pela Assembleia da República, quer suscitando o estudo e o debate sobre questões educativas com impactos a curto ou longo prazo.

Carateriza-o a sua larga representatividade; a sua autonomia e independência, traduzidas na amovibilidade dos seus membros e na eleição do/a Presidente pelo Parlamento; a sua capacidade de iniciativa que se expressa no estabelecimento de uma agenda própria, através da definição de áreas de intervenção consideradas fundamentais para a melhoria da Educação e da elaboração de recomendações por sua iniciativa; bem como o caráter público das suas deliberações.

No momento de redação e apresentação deste Plano de Atividades ainda não é conhecido o programa do novo Governo Constitucional.

Nessa medida, a definição do plano de atividades do Conselho Nacional de Educação para 2022 dará continuidade ao anterior e terá em conta os seguintes:

- a) acompanhar a realidade política nacional e contribuir para a sua melhoria;
- b) estudar, prever e debater as consequências das mudanças tecnológicas, científicas, ambientais, económicas, demográficas e culturais em curso para a Educação e também como a Educação poderá orientar essas mudanças no sentido duma sociedade mais justa, mais coesa, mais inclusiva e mais desenvolvida;
- c) promover um conhecimento mais informado sobre Educação na sociedade através do apoio e divulgação de estudos, obras e boas práticas pedagógicas e didáticas, nomeadamente das que promovem um clima de escola inclusivo igualitário e solidário e a participação dos jovens na organização da sua aprendizagem, bem como no desenvolvimento de capacidade de argumentação e do debate.
- d) ter em conta os efeitos já registados da pandemia, do encerramento das escolas e do recurso ao ensino a distância e acompanhar a realidade das escolas para identificar outros possíveis efeitos que se venham a verificar, designadamente nas aprendizagens dos alunos mais vulneráveis, e as formas mais adequadas de lhes responder.

1. Linhas de orientação do Plano de Atividades para 2022

Tendo em conta a situação atual e as perspetivas de futuro do mundo, da Europa e de Portugal e os novos compromissos e agendas internacionais da República Portuguesa, bem como o desempenho do sistema educativo revelado no Estado da Educação 2020 e nos testes internacionais, propomos como linhas de orientação:

- A Educação para todos
- Ao longo de toda a vida
- Em todas as dimensões do ser humano

- Beneficiando dos esforços de toda a comunidade (“É preciso uma aldeia para educar uma criança”) e educando para o benefício de toda a comunidade (ver Relatório da UNESCO 2021) com a participação de todos.

Para isso, o CNE deverá proceder ao:

1.1. Acompanhamento das medidas governamentais

- no sentido da sua continuidade, comunicação com a sociedade e aperfeiçoamento de formas de implementação;
- apreciação e debate de novas medidas.

1.2. Combate às velhas e novas desigualdades e à violência nas escolas, designadamente

- a valorização e o reforço da intencionalidade educativa nas instituições para crianças dos 0 aos 3 anos;
- a continuação da redução do recurso à retenção e sua substituição por intervenções ao primeiro sinal de dificuldade e formas de apoio do tipo “mentorias” (entre pares) bem como a criação de um clima de escola favorável à aprendizagem, ao risco e à compreensão do erro, à participação de todos em especial dos alunos – em todos os níveis de ensino, nos órgãos de governação da escola mas também na sua própria aprendizagem
- continuação do estudo e acompanhamento de alterações ao paradigma do acesso ao ensino superior;
- valorização da formação humanística, artística e cultural paralelamente ao desenvolvimento do pensamento computacional e experimental e da literacia digital;
- reconhecimento do papel das tecnologias na educação, mas promover as atividades de crianças e jovens através de uma valorização de da vida ao ar livre do exercício físico e das práticas desportivas, cívicas e culturais de forma a evitar a sedentarização e a dependência excessiva dos ecrãs;
- reformulação das funções do psicólogo na escola no sentido de reforçar o seu papel preventivo de problemas socioemocionais e na criação de um clima de bem estar para discentes, docentes e funcionários;
- revisão do modelo de informação e orientação vocacionais;
- combate a todas as formas de desigualdade (especialmente sócio económicas e culturais, territoriais, étnico-raciais, de género ou outras) através do respeito pelos Direitos Humanos de todos, do aprofundamento e generalização de uma educação inclusiva e de compensações designadamente no respeitante ao acesso a dispositivos, conectividade e formação digital;
- combate a todas as formas de violência e promoção do bem-estar físico e emocional nas escolas.

1.3. Promoção da educação para a cidadania, designadamente através da participação de alunos e estudantes em diferentes órgãos das suas instituições e nas suas próprias aprendizagens:

- incorporação de métodos de educação formal e informal que contribuam para o desenvolvimento de competências pessoais, incluindo o pensamento crítico e criativo, o sentido da empatia, escuta, persuasão, responsabilidade, entre outras;

1.4. Contribuir para a reflexão sobre uma “nova escola” e sobre a promoção da qualidade e modernidade, designadamente através de:

- valorização da profissão docente: quase todas as temáticas da educação se cruzam com o tema abrangente da condição docente em Portugal. Destaca-se a importância da valorização social dos professores em geral e, em particular do 1.º ciclo e dos educadores de infância. Salienta-se, a importância da formação contínua de educadores e docentes que incida não só na literacia digital, mas também na utilização pedagógica dos recursos tecnológicos, na preparação dos docentes para a utilização de modalidades transversais de carácter inter/trans e multidisciplinar e para a avaliação das aprendizagens. Devem merecer particular atenção, a falta de docentes no sistema e a falta de atratividade dos cursos de formação inicial de professores, particularmente os das instituições localizadas no interior do país;
- recomendação assente em estudo da situação das escolas portuguesas no que respeita ao apetrechamento tecnológico e seu uso, suficiência e robustez da rede, formação digital de professores e alunos adequada a modelos pedagógicos mais ativos e centrados no aprendente e formação profissional tecnológica avançada;
- acompanhamento da revisão dos currículos tendo em vista uma maior aproximação ao Perfil e a introdução de novas questões: questões transversais ao currículo, “questões vivas”, como as relativas a alterações climáticas e desenvolvimento sustentável; competências de literacia mediática como as relativas à procura e avaliação de informação, o desenvolvimento do pensamento crítico e responsável através da apreciação de notícias e informação (análise de desinformação e notícias falsas), defesa e proteção de e-privacidade e cibersegurança.

Finalmente, fazendo nosso o objetivo 9 “Educação de Qualidade” da Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019 -2027, concluir que “é necessário alargar a nossa visão sobre educação no século XXI, focando-nos mais nas competências transferíveis, na aprendizagem centrada no estudante e na educação não formal, de modo a atingir o acesso equitativo e universal a uma educação de qualidade”.

2. Atividades das Comissões

Uma parte significativa da atividade do Conselho desenvolve-se no âmbito das Comissões Especializadas Permanentes, constituídas em torno das seguintes temáticas: Necessidades e desafios educativos das crianças (1ª Comissão); Necessidades e desafios educativos dos jovens (2ª Comissão); Necessidades e desafios educativos dos adultos (3ª Comissão); Atores e recursos da educação (4ª Comissão); Gestão das ofertas de educação (5ª Comissão); Desafios do futuro (6ª Comissão). São apoiadas pela Assessoria Técnico-Científica, coordenada pelo Secretário-Geral, designadamente na elaboração de relatórios técnicos de suporte aos pareceres e recomendações, do relatório anual sobre o Estado da Educação, bem como na preparação de reuniões, seminários, conferências e audições.

3. Estudos e relatórios

Estado da Educação 2021 (edição 2022). Para além dos indicadores relevantes para a caracterização do sistema educativo, o Estado da Educação 2021 (edição de 2022) focar-se-á na organização do processo de aprendizagem, dando destaque a experiências que promovam novas aprendizagens e diferentes formas de aprender, designadamente novas formas de gestão do tempo e do espaço, do saber e das relações escolares.

4. Relações internacionais

Colaboração multilateral com instituições congéneres, no âmbito da EUNEC, nomeadamente com:

- Consejo Escolar del Estado (Espanha)
- Conseil Supérieur de l'Education, de la Formation et de la Recherche Scientifique (Marrocos)

5. Atividades a desenvolver em 2022

Para além das ações associadas à emissão de pareceres, por solicitação da Assembleia da República ou do Governo, e de recomendações que entenda fazer por sua iniciativa, em 2022, o Conselho realizará, no âmbito das suas competências, um conjunto de atividades identificadas no quadro seguinte.

Domínios prioritários	Atividades das Comissões	Intervenientes
<p>Necessidades e desafios educativos das crianças (0-15 anos)</p>	<p>→ Reflexão e elaboração de recomendação sobre o 1º CEB e a educação pré-escolar, com foco nos seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aprofundamento da operacionalização de uma linha de continuidade na educação dos 0 aos 10 anos; - desenvolvimento das áreas das expressões artísticas e físicas; - promoção da literacia digital das crianças; - clarificação da finalidade e da natureza das Atividades de Enriquecimento Curricular bem como o seu contributo para o desenvolvimento do perfil do aluno e para um trabalho pedagógico mais interdisciplinar; - (re)organização da estrutura da escolaridade obrigatória, atendendo, nomeadamente à divisão dos ciclos e níveis de educação e ensino. <p>→ Organização de webinar para divulgação de boas práticas relacionadas com a recuperação de aprendizagens fundamentais comprometidas pela pandemia e a preservação do bem-estar socio-emocional e da saúde mental das crianças.</p> <p>→ Reflexão e elaboração de recomendação sobre equidade e inclusão, incidindo sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise das condições de acolhimento das crianças migrantes (p. ex., no atendimento das suas necessidades específicas de domínio do português quando não é língua materna, ou na convivência de variantes do português no mesmo espaço de aprendizagem); - a operacionalização das medidas de inclusão pelos estabelecimentos de educação; - a relação entre a distribuição dos alunos pelos espaços escolares que frequentam e o seu sucesso escolar. 	<p>1ª CEP</p>
<p>Necessidades e desafios educativos dos jovens (15-24 anos)</p>	<p>→ Reflexão sobre o ensino secundário como formação terminal e para o prosseguimento de estudos e aprendizagem ao longo da vida:</p> <ul style="list-style-type: none"> - questões relativas aos currículos, pedagogia, avaliação e participação dos alunos; - as diferentes vias do ensino secundário e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; - A transição entre as diferentes vias do ensino secundário e as diferentes formações superiores; - Elaboração de recomendação. <p>→ Reflexão sobre a integração e inclusão no ensino superior:</p> <ul style="list-style-type: none"> - representatividade social do corpo estudantil; - políticas e práticas de inclusão no ensino superior, desafios, abordagens e financiamento; - apoios à frequência do ensino superior; - condições curriculares para integração de candidatos com perfis e percursos diversos; - preparação de recomendação. <p>→ Levantamento da participação dos estudantes nas instituições de ensino superior:</p>	<p>2ª CEP</p>

	<p>- áreas de intervenção, formas organizativas institucionais e representatividade;</p> <p>- quadro legal, designadamente RJIES, e práticas internacionais;</p> <p>- realização de audições.</p> <p>- elaboração de recomendação sobre a participação dos estudantes nas IES</p> <p>→ Seminário sobre o acesso ao ensino superior, na sequência da recomendação nº 6/2020.</p>	
Necessidades e desafios educativos dos adultos (24 e mais anos)	<p>→ Organização de audições sobre experiências inovadoras de promoção da literacia de adultos.</p> <p>→ Acompanhamento do programa “Impulso Adultos”, financiado no âmbito do PRR.</p> <p>→ Acompanhamento da operacionalização do 2º ciclo do PIAAC em Portugal.</p>	3ª CEP
Atores e recursos da educação	<p>→ Revisitação das anteriores Recomendações do CNE sobre docentes para identificação das questões que continuam em aberto.</p> <p>→ Realização de um Seminário sobre os problemas que afetam a profissão docente: a falta de professores (impacto; dispersão territorial...) e as medidas necessárias para a colmatar; substituição gradual de professores; formas de valorização da profissão docente.</p> <p>→ Acompanhamento das políticas educativas a adotar pelo novo Ministério, tendo em consideração o anunciado no Programa eleitoral do PS relativamente à valorização da profissão docente e a diligência já feita pelo Governo anterior (dossiê enviado ao Conselho de Reitores) para colmatar a falta de docentes, através do recrutamento de licenciados aos quais seria dada uma formação pedagógica posterior.</p> <p>→ Reflexão sobre o Perfil da Escola, em articulação com o Perfil do Aluno (que autonomia; que modelos pedagógicos; utilização dos recursos; lideranças mais voltadas para as questões pedagógicas).</p>	4ª CEP
Gestão das ofertas de educação	<p>→ Acompanhamento do processo de implementação da descentralização para as autarquias de competências no domínio da Educação.</p> <p>→ Apreciação dos resultados do terceiro ciclo de avaliação das escolas, tal como previsto no artigo 12 da Lei 31/2002, de 20 de dezembro.</p>	5ª CEP
Desafios do futuro	<p>→ Recomendação sobre o Digital na Educação No âmbito dos trabalhos preparatórios, realização de audições e workshops a individualidades e grupos de stakeholders, visando a recolha de contributos em diferentes etapas da elaboração da recomendação e a realização de um webinar em julho.</p> <p>→ Levantamento da infraestrutura tecnológica e ligação à internet nas diferentes escolas e regiões do país.</p> <p>→ Protocolo de colaboração entre Conselho Nacional de Educação (CNE)/Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)/Observatório de Ambiente, Território e Sociedade (Observa) com vista à conceção, desenvolvimento e implementação do Projeto PORTAL EA/EDS Portugal – formação, divulgação, envolvimento.</p>	6ª CEP

Cronograma das atividades previstas para 2022

Atividades	Interv.	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
- Identificação de indicadores relevantes e recolha de dados para a elaboração do EE 2021	CNE												
- Sessões <i>online</i> sobre novas formas de organização do processo de aprendizagem para obter testemunhos e comentários a integrar no EE2021	CNE												
- Audições sobre a prática do debate no ensino secundário	CNE												
- Debate sobre os desafios do programa do governo para a área da educação	CNE												
- Acompanhamento dos vários planos financiados pelo PRR, nas áreas da Educação e Formação, tendo como pano de fundo os objetivos relativos ao crescimento e à produtividade	CNE												
- Recomendação contra a violência na escola	CNE												
- Reflexão e propostas para uma “nova escola”	CNE												
- Recomendação sobre o 1.º CEB e a educação pré-escolar	1ª CEP												
- <i>Webinar</i> para divulgação de boas práticas relacionadas com a recuperação de aprendizagens fundamentais	1ª CEP												
- Reflexão e elaboração de recomendação sobre o ensino secundário como formação terminal e para o prosseguimento de estudos e aprendizagem ao longo da vida	2ª CEP												
- Reflexão e preparação de recomendação sobre a integração e inclusão no ensino superior	2ª CEP												
- Audições para levantamento da participação dos estudantes nas instituições de ensino superior	2ª CEP												
- Seminário sobre o acesso ao ensino superior, na sequência da recomendação nº 6/2020	2ª CEP												
- Audições sobre experiências inovadoras de promoção da literacia de adultos	3ª CEP												
- Acompanhamento da operacionalização do 2º ciclo do PIAAC	3ª CEP												
- Seminário sobre os problemas que afetam a profissão docente	4ª CEP												
- Acompanhamento das políticas educativas	4ª CEP												
- Reflexão sobre o Perfil da Escola, em articulação com o Perfil do Aluno	4ª CEP												
- Acompanhamento do processo de implementação da descentralização para as autarquias de competências no domínio da Educação	5ª CEP												
- Apreciação dos resultados do terceiro ciclo de avaliação das escolas	5ª CEP												
- Audições e <i>workshops</i> a individualidades e grupos de <i>stakeholders</i> sobre o digital na educação	6ª CEP												
- <i>Webinar</i> sobre o digital na educação	6ª CEP												
- Levantamento da infraestrutura tecnológica e ligação à internet nas escolas	6ª CEP												
- Recomendação sobre o <i>Digital na Educação</i>	6ª CEP												
- Protocolo de colaboração com vista à conceção, desenvolvimento e implementação do Projeto PORTAL EA/EDS Portugal	6ª CEP												